

Sindicalistas versus ciência: Uma possível resposta à arqueóloga Jacinta Bugalhão



Professor
Félix Rodrigues

Foi publicado no passado dia 14 de março no Correio dos Açores um desabafo da arqueóloga Jacinta Bugalhão sobre a “Arqueologia dos Açores e a Universidade”. Só o título indicia, talvez por lapso, uma contradição entre aquilo que se diz e aquilo que se quer afirmar. Afirma-se nas entrelinhas, ou passa-se a ideia de que tudo o que possa dizer respeito ao passado pertence ao domínio da “Ciência Arqueológica”, no entanto quando no título se usa “Arqueologia dos Açores” significa que não estamos a falar de ciência. Passo a explicar a grande diferença entre “Arqueologia dos Açores” e “Arqueologia nos Açores”. Uma ciência não tem lugar, uma técnica sim, talvez por isso é que a opinião da arqueóloga é apoiada pelo seu sindicato. Não há uma Química dos Açores, mas sim Química feita nos Açores. Não há uma Física dos Açores mas sim Física feita nos Açores e assim sucessivamente. Pode-se aplicar qualquer ciência nos Açores e ter resultados nos Açores que validem uma determinada ciência global. A Ciência não é local mas global. Assim, não há “Arqueologia dos Açores” mas sim “Arqueologia nos Açores”.

Torna-se claro no desenrolar do artigo de Jacinta Bugalhão que a autora confunde resultados de trabalhos arqueológicos, valor de achados arqueológicos e profissão em arqueologia, com construção de conhecimento e ciência. Ainda vai mais longe, torna as Universidades nos tempos ou guardiões sagrados do conhecimento, em vez de locais de construção de conhecimento. Os seja, encara as Universidades como templos, a ciência como uma religião e faz dos especialistas que concordam com ela os seus grandes sacerdotes. Nos dias de hoje, são os sistemas de informação e os repositórios informáticos que são considerados os locais privilegiados para guardar a informação obtida com o dinheiro de todos nós, mas não é aí que se constrói o conhecimento. Isso de facto é fundamental para se distinguir ideias de Universidade: Se locais de armazenamento do conhecimento ou locais de construção do conhecimento, se são locais de transmissão de conhecimento enciclopédico ou locais onde se educa para a liberdade e para o pensamento crítico.

É inconcebível que se tente julgar a qualidade de um evento internacional, por pior que ele fosse, atacando a Instituição de acolhimento. É inconcebível que sendo a comissão organizadora do XXIV Congresso Internacional Ibero-Americano de Antropologia composta por elementos de várias instituições universitárias e de investigação científica, como por exemplo: a Universidade de Salamanca e Sociedade Espanhola de Antropologia Aplicada, Instituto Histórico e Geográfico de San-



Mesa do Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-América, onde foram abordados os indícios da chegada aos Açores de outras civilizações antes da descoberta pelos portugueses

ta Catarina e Universidade dos Açores, entre muitas outras instituições participantes, que se tente dizer que a Universidade dos Açores acolhe pseudo-ciência, e tão só, porque existe uma mesa de discussão, entre as dezenas de muitas outras, que a arqueóloga anteriormente referida não gosta, daí apelidá-la de pseudo-ciência e acusar a Universidade dos Açores de tentar validar pseudo-ciência.

Não se percebe qual é a definição de pseudo-ciência da senhora arqueóloga, pois ela nem precisa definir o que é ciência para contrapor ao conceito de pseudo-ciência e querer levar o leitor a pensar que há instituições e pessoas que não fazem ciência. Tenho dificuldade em perceber se de facto a pseudo-ciência não estará no julgamento dela pelas razões que se elencam:

a) Sendo a arqueologia uma área inter e transdisciplinar, a arqueóloga Jacinta Bugalhão afirma contraditoriamente que “Os Açores são um território “periférico”; há poucos arqueólogos a trabalhar neste arquipélago (logo a massa crítica é mais circunscrita)”. Para ela a massa crítica é dos arqueólogos que ditam as regras a todas as ciências que vasculham o passado, e pelo facto dos Açores serem uma região ultraperiférica isso faz com que não se tenha acesso a informação que está à distância de um “click” ou que não seja possível pensar o passado sem arqueologia. Essa falácia encerra um pensamento colonialista ou neo-colonialista do qual algumas pessoas ainda não se libertaram. Estava na altura de deixarem de julgar os outros pela sua localização geográfica ou dimensão, pois isso é tudo menos ciência. Não quero dizer que não haja falta de massa crítica nos Açores relativamente a muitas matérias, inclusivamente na área da arqueologia, mas os pressupostos aqui usados são completamente enviesados e falaciosos quer em termos epistemológicos quer em termos sociológicos para que se possa aceitar essa opinião como verdade ou ciência. A afirmação ofende qualquer português que vive nos Açores.

b) A senhora arqueóloga menciona e bem, os grandes contributos dados pela arqueologia submarina para o património regional, nacional e internacional, numa lógica que até se aceita

ser científica para logo falar das conquistas corporativas da classe dando a entender que o grande trabalho da arqueologia no domínio terrestre nos Açores foi ter-se conseguido um “Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico” e a contratação de um colega seu, do sindicato, pela Câmara Municipal de Vila Franca do Campo bem como a elaboração de um livro, de outro seu colega, sobre uma breve História da Arqueologia dos Açores. Isso que ela refere são factos conquistados pela Arqueologia, quando o trabalho resultou maioritariamente de atividade política? Mas, mesmo não sendo política, isso não justifica que possa a partir disso apelar outros factos como a existência de monumentos megalíticos, hipogeus ou arte rupestre de “falsa ciência”. Onde está a razoabilidade lógica desse argumento? Também tece crítica política acerca de crítica política, independentemente de alguma crítica poder ser ou não criticada. Nada disso é ciência ou argumentário científico. Se a autora entende que é, então a isso, eu chamar-lhe-ia “pseudo-ciência”. Dizer-se que não há, por exemplo megalitismo, exige prova. Onde estão os dados que provam que as estruturas megalíticas afinal não foram feitas pelo homem? Que investigação fizeram? Os dados que existiam numa primeira instância resultavam da tipologia das estruturas. Não percebeu ela que negar a lógica da comparação tipológica é colocar em causa uma das ferramentas fundamentais da arqueologia? Depois surgiram datações absolutas que colocam essas estruturas numa cronologia anterior à formação de Portugal. Como se nega isso? Com as datações relativas, ou seja, com a lógica disciplinar do contexto arqueológico que pressupõe datações absolutas? Não percebeu ela que se também isso é posto em causa, torna a dar outra machadada numa das técnicas fundamentais da arqueologia que é a estratigrafia? Surgem os pólenes de cereais e as respetivas datações absolutas, que voltam a confirmar a hipótese de uma presença pré-portuguesa. Coloca em causa a biologia e não percebe que está a dar outra machadada na interdisciplinaridade da arqueologia? Afinal de que ciência fala? Fala da hipotética ciência dos pareceres pois afirma a arqueóloga que “a demagogia científica-

arqueológica” vai contra “o Parecer Final sobre as ocorrências patrimoniais da Terceira e do Corvo, de 2013, elaborado pela Comissão Científica - integrada por diversos e insígnies académicos da Universidade dos Açores (instituição que critica) -, constituída para o efeito pelo Governo Regional”. Confunde Parecer (opinião) com ciência, argumentando que se a opinião é dada por um cientista escolhido a dedo se traduz numa verdade absoluta e indiscutível (Parecer final). Se isso é ciência deveria receber o nome de Opiniologia. A ciência é outra coisa, pois aceita opiniões de cientistas mas não se vincula a elas. Afinal a pseudo-ciência parece andar por outros lados. Falar do passado não é forçosamente fazer arqueologia ou fazer história, sendo esse objeto de investigação (o passado), um objeto científico de qualquer ciência.

A senhora arqueóloga “Gostaria muito de perceber por que razão(ões) existe, entre muitos açorianos, este forte anseio, desejo, apetência, pela descoberta de “um passado mais longínquo”. Penso, aliás, que este é um interessantíssimo tema de estudo para a antropologia e para a sociologia da cultura, que eventualmente remete para problemáticas identitárias que necessariamente procuram fundamento para a sua pertinência na História e no Património Cultural”. Para mim, essa opinião ou anseio só tem uma classificação: “Pensamento colonialista”. Os açorianos têm a sua identidade bem definida há largos séculos.

Tendo em conta que o que se tem falado nos Açores é de uma presença pré-portuguesa, ou seja, de um período anterior à formação de Portugal como nação, e que a cultura açoriana é uma cultura portuguesa, tal desabafo ou mentalidade é que merecia um estudo antropológico, ou seja, feito por cientistas que não são da sua área disciplinar. Que eu saiba os açorianos continuarão com a sua identidade bem resolvida mesmo tendo megalitos, como a tem os alentejanos com as suas antas, os transmontanos com os seus castros e os Algarvios com os seus menires. Haja pachorra.

Muitos portugueses em geral e muitos açorianos em particular tem verdadeira curiosidade sobre essa temática. Muitos arqueólogos também têm muita curiosidade sobre isso, todavia alguns arqueólogos usam o sindicato para apoiar o que designam por “ilegítima validação académica de conhecimento científico” como o caso do Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia, que “apoia a opinião dos seus associados Diogo Teixeira Dias e Jacinta Bugalhão”. Não me venham dizer que esse apoio valida a ciência pois a função de um sindicato é a defesa da corporação ou da classe profissional. Não se confunda técnica com ciência ou profissão com ciência.

Alguns arqueólogos aparentam estar astustados e talvez seja por isso que não vêem nessa temática um contributo para a sua profissão mas sim uma ameaça. Não perceberam até agora que ninguém está a concorrer com eles. Não perceberam até agora que ninguém é obrigado a concordar com eles se não tiverem mais do que uma opinião.

A arqueóloga Jacinta Bugalhão é livre de expressar a sua opinião, mas não nos queira convencer que essa opinião é ciência. Essa opinião é tudo menos ciência, pois nem entronca num raciocínio lógico-dedutivo.